



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Estratégia

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)
Comitê de Governança e Estratégia

Informações Gerais

Data: 03 de junho de 2026

Horário: 14h às 16h

Local: Plataforma virtual Google Meet

UAE: Secretaria de Governança e Estratégia

Pauta

- Resultados da Estratégia no 1º quadrimestre de 2026
- Portfólio Estratégico
- Proposta Inicial de Metas Estratégicas para 2027
- Análise Estatística

DELIBERAÇÕES

A reunião está alinhada com uma das atribuições previstas na Resolução GP n. 179/2021, que instituiu o Comitê de Governança e Estratégia (CGE), qual seja “monitorar a implementação da estratégia, avaliar os resultados das ações institucionais e, se necessário, promover alterações no PEI” (art. 3º, II).

As RAEs são realizadas no mínimo quadrimestralmente, em conformidade com a Resolução CNJ n. 325/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e dá outras providências.

Justificaram ausência: Des. Jaqueline Monteiro de Lima e Thais da Costa Cruz.

● **Abertura**

Com a autorização do Des. Sebastião Geraldo de Oliveira, a secretária de Governança e Estratégia em exercício, Christiane Dominique Kunzi, abriu a 2ª RAE do exercício de 2026 dando boas-vindas a todos.

● **Resultados da Estratégia no 1º quadrimestre de 2026 (jan a abr 2026)**

A secretária da SEGE em exercício, Christiane Dominique Kunzi, apresentou os resultados da estratégia do 1º quadrimestre de 2026 concernentes aos indicadores de possível medição no período (não foram apresentados indicadores de periodicidade de medição semestral e anual).

Perspectiva APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OE8: APERFEIÇOAR A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Estratégia

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)

Comitê de Governança e Estratégia

Indicador	O que mede	Meta 2026	Resultado	Farol
Índice de cumprimento da Lei Complementar nº 200/2023 (Indicador JT)	O cumprimento do limite de pagamentos determinado pela LC nº 200/2023	Pagar até o limite de 100% das despesas primárias, inclusive seus restos a pagar, ao final do exercício financeiro	32,1%	
Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária (Indicador JT)	A aderência do planejamento orçamentário feito no início do ano, discriminado por GND 3 (Custeio) e GND 4 (Investimentos), exceto obras, comparado com a liquidação da despesa até o período de coleta	Atingir, respectivamente, 95% e 75% de aderência ao planejamento da execução orçamentária do GND 3 e do GND 4	19,98% e 10,69%	
Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos (Indicador JT)	A aderência do planejamento orçamentário de projetos feito no início do ano, comparado com o orçamento do período de coleta	Atingir 75% de aderência ao planejamento da execução orçamentária de projetos	Sem medição, já que o tribunal não possui obras, construções ou aquisições de imóveis similares	N/A
Índice de Manutenção das Despesas com Diárias (Indicador TRT3)	O valor pago de diárias em 2026 comparado ao valor pago em 2025	Manter as despesas com diárias pagas, em valores atualizados, no mesmo patamar do ano anterior.	Redução de 11,91%	

Índice de aderência do planejamento da execução orçamentária: a secretária da DOF, Marília Souza Diniz Alves, prestou esclarecimentos acerca deste indicador, criado pelo CSJT, denominado "IAPEX". Explicou que o referido indicador visa medir a execução orçamentária de investimentos, conforme planejado na peça orçamentária original. Foi pontuado que a natureza da gestão orçamentária dos Tribunais, que frequentemente exige a transposição de recursos de custeio para investimento ao longo do exercício (estratégia adotada para mitigar riscos de cortes orçamentários), torna o cumprimento integral deste indicador impraticável para a maioria dos Tribunais.

Quanto ao índice de manutenção das despesas com diárias, em resposta a questionamentos do Dr. Sebastião Geraldo de Oliveira sobre a aplicação dos recursos de diária economizados, a gestora Marília explicou que a economia obtida com o controle rigoroso de diárias reverte-se em favor da viabilização de outras demandas prioritárias e reprimidas da instituição. Foi esclarecido que, atualmente, o Tribunal não corre risco de devolução de recursos à União, e que a economia realizada é essencial para o equacionamento do déficit orçamentário e para suportar investimentos de alto custo, como o projeto de migração do PJe para a nuvem, por exemplo.

O servidor Igor Daniel Costa Jones propôs a submissão ao CSJT de uma sugestão de revisão dos indicadores considerados inalcançáveis (como o IAPEX e indicadores de capacitação) para o próximo ciclo estratégico.

Deliberação: Após debate, ficou consignado que o Tribunal deverá buscar, de forma sutil e estratégica, a adequação dos indicadores junto ao CSJT, visando torná-los mais próximos da exequibilidade e realistas à gestão cotidiana, em vez de focar apenas na sua supressão. A Dra. Maria Cecília Alves Pinto ressaltou que a redação da proposta deve focar na "adequação" dos índices para torná-los exequíveis, em detrimento de uma eventual solicitação de exclusão, para garantir maior receptividade pelo órgão superior.

Perspectiva SOCIEDADE

OE1: FORTALECER A COMUNICAÇÃO E AS PARCERIAS INSTITUCIONAIS



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Estratégia

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)

Comitê de Governança e Estratégia

Indicador	O que mede	Meta 2026	Resultado	Farol
Índice de Ações Integradas de Comunicação Social (Indicador JT)	O percentual de adesão dos TRTs às ações conjuntas de comunicação social previstas no calendário nacional anual elaborado pelo Comitê Nacional de Comunicação Social	Adesão a 100% das ações conjuntas de comunicação previstas	100% (6 ações de comunicação realizadas, conforme calendário nacional)	

Índice de ações integradas de comunicação social referente ao quadrimestre. A unidade atingiu 100% da meta prevista para o quadrimestre, cumprindo a totalidade das seis ações de comunicação estabelecidas no calendário nacional, alinhando-se ao objetivo estratégico de fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais, com vistas à meta para 2026.

OE2: PROMOVER O TRABALHO DECENTE E A SUSTENTABILIDADE

Indicador	O que mede	Meta 2026	Resultado	Farol
Índice de Inovação (Meta 9)	Se o tribunal desenvolveu projetos oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos duas instituições públicas, um com foco na melhoria dos serviços judiciais (atividade finalística), e outro com foco na melhoria organizacional (processos internos).	2 projetos desenvolvidos	50% (prazo para alcançar 100% - até 31/10) 2 projetos cadastrados na plataforma Renovajud: Alcance (parceria com TJMG) e Bom para Acordo (parceria com TRT1, TRT8, TRT10, TRT18, TRT21)	
Índice de Combate ao Trabalho Infantil (Indicador JT)	Se o tribunal promoveu, no âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, pelo menos uma ação atinente ao programa, por meio do estabelecimento de parcerias interinstitucionais.	100%	66,7% (diagnóstico da situação problema e estabelecimento de parceria com MPMG para desenvolvimento dos programas Nós e Descubra)	

Indicador	O que mede	Meta 2026	Resultado	Farol
Índice de Desempenho Ambiental (Indicador JT)	A atuação dos TRTs na dimensão ambiental, a partir de parâmetros de redução de impacto ambiental (terrestre, atmosférico e aquático); uso e preservação de recursos naturais (energia e água) e redução de energia não renovável.	a) Identificar o consumo mensal de energia não renovável do órgão; b) O descarte de resíduos sólidos em aterro.	a) 212MWh b) 26,9 toneladas	
Índice de Desempenho do Trabalho Decente (Indicador JT)	O nível de aderência dos TRTs aos programas voltados ao fomento do trabalho decente: Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante; e Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade e Programa Trabalho Seguro	100% a) Capacitar 40% dos magistrados e servidores de 1º e 2º graus nos 3 primeiros programas; e b) Executar o plano de ação nacional aprovado pelos 4 programas	16,89% a) 8,12%; e b) 0%	

Índice de Inovação: foram apresentados os dois projetos desenvolvidos pelo Laboratório de Inovação em parceria com outros Tribunais:

- Projeto Alcance: focado na melhoria da acessibilidade na comunicação institucional, destacando a realização inédita de oficina com pessoas com deficiência visual.
- Projeto Bom para Acordo: focado na elevação dos índices de acordo na fase de execução. A primeira etapa (cadastro na plataforma Renova JUD) foi concluída em maio, com as demais etapas previstas para agosto e outubro.

Índice de Combate ao Trabalho Infantil: o Tribunal atingiu 66,7% da meta através do diagnóstico da situação-problema e estabelecimento de parcerias com o Ministério Público de Minas Gerais



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Estratégia

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)

Comitê de Governança e Estratégia

(Programa NÓS - Núcleo para Orientação e Solução de Conflitos Escolares e o Programa Descubra de Incentivo à Aprendizagem Profissional). Foi deliberada a inclusão do evento interinstitucional da ENAMAT, em parceria com as Escolas Judiciais da Região Sudeste, o webinar “Combate ao Trabalho Infantil”, coordenado pelo Ministro Alberto Bastos Balazeiro (Coordenador Nacional do PETI-JT), a ocorrer no dia 12 de julho, como ação adicional para reforçar o cumprimento desta meta.

Índice de Desempenho Ambiental: foram reportados os resultados atuais: 212 MWh de consumo de energia não renovável e 26,9 toneladas de resíduos sólidos descartados em aterro, mantendo-se o acompanhamento da meta para 2026.

Índice de Desempenho do Trabalho Decente: foi debatida a complexidade do indicador, que exige a capacitação de 40% dos magistrados e servidores em três programas específicos e a execução de plano de ação nacional (ainda pendente de disponibilização pelo CSJT).

Deliberações: para assegurar o alcance da meta de capacitação (atualmente em 8,12%), ficou decidido que o Tribunal aproveitará a "Semana Formativa" em outubro para realizar capacitações conjuntas (presenciais/híbridas e via YouTube), com o intuito de viabilizar a participação dos servidores. A Escola Judicial coordenará a oferta de cursos autoinstrucionais e a disponibilização das gravações para facilitar a certificação do público interno, mitigando o impacto na operação do Tribunal.

O Presidente, Dr. Sebastião Geraldo de Oliveira, solicitou esclarecimentos sobre o status "zero" em itens do plano de ação, tendo sido esclarecido pela equipe técnica que tal pontuação decorre da pendência de normatização pelo CSJT, e não da inércia do Tribunal.

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS

OE3: GARANTIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO

Indicador	Meta 2026	Resultado	Farol
Índice de processos julgados (Meta 1)	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2025 a 19/12/2026, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2025 a 19/12/2026.	100,55% (abr/26 painel CNJ) 90,65% (mai/26 painel TRT3) *Apuração do CNJ apresenta diferenças metodológicas, contudo o cumprimento ocorre pela Cláusula de Barreira TCLC < 40% (TCLC em mai/26 29,79%)	
Índice de processos antigos julgados (Meta 2 parte I)	Identificar e julgar até 31/12/2026 pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2024, nos 1º e 2º graus	96,72% (abr/26 painel CNJ) 97,27% (mai/26 painel TRT3)	
Índice de processos antigos julgados (Meta 2 parte II)	Julgar 99% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2021) ou mais.	85,42% (abr/26 painel CNJ) 84,44% (mai/26 painel TRT3)	

Em relação à segunda parte da Meta 2:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Estratégia

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)
Comitê de Governança e Estratégia

Unidade	Processo	Situação
Vara de Bom Despacho	0010261-30.2021.5.03.0050	Estava aguardando trânsito em julgado de outro processo, está com audiência de instrução marcada para 10/06 ●
Vara de Conselheiro Lafaiete	0010303-64.2021.5.03.0055	Em pauta e deve ser julgado até final de julho ●
1ª Vara de Uberaba	0010354-20.2021.5.03.0041	Ação coletiva, autor sindicato representando 67 substituídos, discute supressão de adicional de insalubridade, estão tendo dificuldade com a realização da perícia, tem audiência designada para 28/09 ●
Vara de Pará de Minas	0010774-29.2020.5.03.0148	Inquérito penal em andamento, tem audiência marcada para 18/11 mas provavelmente apenas para controle administrativo ●
18ª VT de Belo Horizonte	0010785-95.2017.5.03.0008	Em pauta e deve ser julgado até final de julho ●
Gabinete de Desemb N.30	0011636-56.2020.5.03.0000	Aguardando inclusão em pauta ou sessão ●
Gabinete de Desemb N.30	0012001-47.2019.5.03.0000	Aguardando inclusão em pauta ou sessão ●

Meta 1 (Julgamento de processos de conhecimento): a equipe técnica esclareceu que o cumprimento desta meta baseia-se primordialmente na "cláusula de barreira" (taxa de congestionamento líquida inferior a 40%). O tribunal apresenta atualmente 29,79%, o que indica o atingimento do objetivo, apesar das variações metodológicas existentes entre o painel do CNJ e o painel interno.

Meta 2 (Processos antigos julgados):

Primeira parte: Meta já cumprida (atingimento de aproximadamente 97%).

Segunda parte: Índice de 85%. Identificou-se que sete processos pendentes impactam negativamente o resultado. Foi realizada uma análise individualizada:

Processos em Gabinete: Já estão com inclusão em pauta ou em fase final de votação, com monitoramento contínuo da Corregedoria.

Processo na 1ª Vara de Uberaba (Ação Coletiva): Identificada dificuldade de conclusão de perícia há 5 anos, apesar de valores já depositados pelo sindicato. O Dr. Antônio Gomes de Vasconcelos realizará contato direto com a unidade para buscar soluções, inclusive com possibilidade de auxílio do Núcleo de Cooperação e tentativa de conciliação.

Processo em Pará de Minas: Inquérito penal com audiência designada para novembro. A Corregedoria buscará a antecipação da audiência ou a desvinculação da causa trabalhista do feito criminal, dado o tempo de tramitação (5 anos).

Indicador	Meta 2026	Resultado	Farol
Taxa de Congestionamento Líquida Não Fiscal (Meta 5)	Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40%. Cláusula de barreira na fase de execução: 45%. Meta TRT3 - 27,91%	33,12% (abr/26 painel CNJ) 51,62% (mai/26 painel TRT3), sendo 29,86% nos últimos 12 meses	●
Índice de Execuções Extintas por Satisfação da Obrigação (Indicador JT)	Aumentar o índice de execuções extintas por satisfação da obrigação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio anterior ou alcançar, no mínimo, 80% de execuções extintas por esse fundamento, excluídas as execuções fiscais. Meta TRT3 - 89,32%	90,27% (mai/26 painel TRT3) *Meta exclusiva da JT, não existe no CNJ	●

Taxa de Congestionamento (Meta não fiscal): o tribunal mantém indicadores positivos, com o índice de 29,86% (painel interno), o que garante o atingimento pelas cláusulas de barreira estabelecidas (menos de 40% no conhecimento e menos de 45% na execução).



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Estratégia

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)

Comitê de Governança e Estratégia

Índice de Execuções Extintas por Satisfação: O tribunal apresenta resultado superior à meta fixada: 90,27% frente à meta de 89,32%. Foi destacado que, como o patamar mínimo para atingimento é de 80%, o tribunal possui uma margem de segurança operacional para o restante do exercício.

Observações Administrativas:

A equipe técnica esclareceu que a figura do "sobrestamento" de processos é medida excepcional, técnica e vinculada a pressupostos legais (IRDR, AC, ou suspensões determinadas pelo TST), não sendo uma ferramenta de mera escolha para "maquiagem" de metas.

Ficou consignado o compromisso de monitoramento contínuo até o final do exercício, dada a natureza parcial dos dados apresentados.

OE4: PROMOVER A INTEGRIDADE E A TRANSPARÊNCIA EM RELAÇÃO AOS ATOS DE GESTÃO PRATICADOS

Indicador	O que mede	Meta 2026	Resultado	Farol
Índice de atendimento pela gestão das deliberações decorrentes de auditoria (Indicador TRT3)	o atendimento pela gestão das deliberações de auditoria monitoradas no exercício (Indicador 5 da Res CSJT 371/2023)	70%	77%	

O tribunal apresenta um índice de 77%, superando a meta anual de 70%.

OE5: ASSEGURAR O TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS

Indicador	Meta 2026	Resultado (painel CNJ)	Farol
Índice de Conciliação (Meta 3)	Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2023/2024 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação. Meta TRT3 = 42,80%	41,42% (abr/26 painel CNJ) 40,70% (mai/26 painel TRT3)	
Índice de Promoção da Cooperação Judiciária (Indicador JT)	a) Implantar Comitê Executivo Estadual composto por representantes de cada ramo do Poder Judiciário, nos termos da Resolução CNJ nº 350/2020; b) Celebrar pelo menos um acordo com instituições parceiras para prevenção e resolução consensual de litígios	a) Sim b) 2 acordos (TRT3 com o Bradesco e CEJUSC com Irmandade)	

Índice de Conciliação (Meta 3): o indicador registra aproximadamente 40%. Embora abaixo da meta (42,80%), o tribunal mantém a perspectiva de atingimento pela cláusula de barreira (mínimo de 38%). Foi pontuado pelos participantes que a adoção de audiências telepresenciais tem impactado negativamente os índices de acordo nas varas, motivo pelo qual a Corregedoria está editando norma para ampliar a presença física dos magistrados nas unidades (três vezes por semana).

O doutor José Marlon pontuou que os CEJUSCs foram muito bem na Semana da Conciliação, mas as varas do trabalho deixaram a desejar. Reforçou a necessidade de atuação da Corregedoria neste ponto.

A doutora Maristela explicou que, nas recomendações das correições, há item relacionado à questão de implementação de esforços para inclusão de processos na Semana da Conciliação e da Execução e que a Corregedoria se esforça em divulgar bem esta necessidade.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Estratégia

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)

Comitê de Governança e Estratégia

Falou, ainda, sobre as dificuldades e impactos da modalidade de audiências telepresenciais (queda no índice de acordos); falou sobre nova norma que determinará a presença dos juízes nas varas três vezes por semana, o que elevará o número de audiências presenciais.

O Presidente destacou que a leve queda nos índices pode refletir uma postura mais rigorosa das varas do trabalho contra o uso da Justiça como mero homologador de "acertos rescisórios" (homologações de acordos pré-formatados pelas empresas), o que é considerado um avanço na saúde processual do Tribunal.

Índice de Promoção da Cooperação Judiciária: a meta de implantação do Comitê Executivo e celebração de acordos foi atingida, com a formalização de parcerias com o Banco Bradesco e Irmandades (via CEJUSC). Foi reforçada a necessidade de expandir essas parcerias.

Grandes Litigantes: Registrou-se uma tendência positiva de aproximação com grandes devedores (ex: Banco Itaú) para a redução da litigiosidade e da recorribilidade (especialmente ao TST), sob supervisão da Presidência e do Núcleo de Cooperação.

Política de Enfrentamento ao Litígio Predatório: foi relatado um declínio acentuado no número de agravos, reflexo da implementação da política de gestão de demandas repetitivas.

O curso promovido pela Escola Judicial sobre o manejo dessas situações obteve recorde de adesão e participação ativa dos magistrados em fóruns de discussão.

O Dr. José Marlon e o Dr. Bruno Alves Rodrigues enfatizaram que a mudança de postura da administração, ao oferecer suporte institucional para o enfrentamento de demandas predatórias (incluindo a instauração de IRDRs), tem gerado entusiasmo e maior segurança jurídica na atuação dos magistrados de primeiro grau.

Deliberações:

A Corregedoria realizará estudo técnico comparativo (2024-2026) para identificar varas do trabalho críticas e realizar trabalho de orientação presencial (corpo a corpo), a fim de incentivar a cultura de conciliação.

A Presidência continuará o monitoramento das reuniões com decisores de grandes litigantes para consolidar a redução da litigância desnecessária.

OE6: GARANTIR A EFETIVIDADE DO TRATAMENTO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Indicador	O que mede	Meta 2026	Resultado	Farol
Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (Indicador TRT3)	Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs)	Julgar 80% dos IRDRs em até 330 dias corridos	160 dias	

O Tribunal registra um tempo médio de 160 dias para o julgamento desses incidentes.

Conclusão: com este resultado, o tribunal supera significativamente a meta estabelecida, que prevê o julgamento de 80% dos IRDRs em até 330 dias, demonstrando eficiência na gestão das demandas repetitivas.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Estratégia

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)
Comitê de Governança e Estratégia

OE7: FORTALECER A GOVERNANÇA E A GESTÃO ESTRATÉGICA

Indicador	O que mede	Meta 2026	Resultado	Farol
Quantidade de processos críticos com análise de risco realizada (Indicador TRT3)	Quantidade de processos críticos com análise de riscos realizada	4	1 (Processar ações de competência da JT - 1º grau)	
Índice de efetividade das ações de melhoria da governança pública (Indicador JT)	Aferir a efetividade das ações de melhoria relacionados ao tema governança organizacional pública, utilizando como referência o questionário IESGo - 2024, aplicado pelo TCU.	Alcançar 100% de efetividade das ações de melhoria da governança definidas no Relatório Sintético da Governança Organizacional Pública da Justiça do Trabalho	85,71% (8 de 56 itens a serem aprimorados)	

Quantidade de processos críticos com análise de risco realizada: foi reportado que o Tribunal concluiu a análise do primeiro processo (ações de competência da Justiça do Trabalho de 1º Grau). O indicador encontra-se atualmente em estágio de atenção ("sinal amarelo"), contudo com previsão de atingir o estágio de excelência ("sinal verde") até o final do exercício, tendo em vista que os trabalhos nos três processos remanescentes já estão em andamento.

Índice de efetividade das ações de melhoria da governança pública: o tribunal registrou 85,71% de cumprimento logo no primeiro quadrimestre. De um total de 56 itens que compõem o relatório sintético da Justiça do Trabalho, apenas 8 permanecem em execução. A administração confirmou que as ações para o cumprimento da totalidade dos itens (100%) já estão em curso, mantendo-se a perspectiva de alcance da meta até o encerramento do ano.

Perspectiva APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OE9: INCREMENTAR MODELO DE GESTÃO DE PESSOAS EM ÂMBITO REGIONAL



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Estratégia

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)
Comitê de Governança e Estratégia

Indicador	Meta 2026	Resultado	Farol	
Índice de Promoção da Saúde de Magistrados e Servidores (Indicador JT)	Instituir, anualmente, o Plano de Qualidade de Vida do tribunal e alcançar em 2026: a) a participação de pelo menos 10% do número total de magistrados(as) ativos(as) no TRT e de 15% do número total de servidores(as) ativos(as) no TRT, considerando o quantitativo total de participantes distintos no conjunto de ações de qualidade de vida planejadas; b) a realização de exames periódicos de saúde em 15% dos(as) magistrados(as) e 15% dos(as) servidores(as); c) a promoção de pelo menos 3 (três) ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde do ano anterior ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior; d) a promoção de pelo menos 1 (uma) ação em que participem terceirizados(as), estagiários(as) e aprendizes.	Resultado Geral: 71,43% a) 24,44% e 32,97% b) 3,81% de magistrados (12 de 48 necessários) e 11,77% de servidores (418 de 533 necessários) c) 4 ações d) 1 ação e) PQV instituído		
Indicador	O que mede	Meta 2026	Resultado	Farol
Índice de absenteísmo-doença (Indicador TRT3)	Mede o percentual de ausências de magistrados e servidores (requisitados ou não) ao trabalho por motivo de doença própria ou de pessoa da família	Menor ou igual a 2,5%	2,2%	

Índice de Promoção de Saúde de Magistrados e Servidores:

Ações de Qualidade de Vida: O tribunal alcançou resultados expressivos com a participação de 24% dos magistrados e 32% dos servidores nas ações promovidas, superando as metas de 10% e 15%, respectivamente.

Exames Periódicos: Identificou-se um gargalo no índice de realização de exames periódicos, especialmente entre magistrados.

Deliberações: A Presidência expedirá um comunicado enfático aos magistrados, focando na importância da prevenção e do cuidado com a saúde como política institucional, evitando o uso de uma linguagem centrada apenas no cumprimento de metas estatísticas, conforme sugerido pela Dra. Maria Cecília e Dra. Maristela.

Ações Práticas: Para facilitar o acesso, será verificada a viabilidade de fornecer guias de exames de forma antecipada, via intranet, e instalará um posto de atendimento durante a "Semana Formativa" em outubro, para viabilizar a realização dos exames.

Saúde Mental e Absenteísmo:

Foi destacado que os casos de saúde mental representam o principal fator de absenteísmo no Tribunal.

O Dr. Bruno Alves Rodrigues informou que o curso de gestão de demandas repetitivas teve adesão recorde e atuação positiva no manejo de conflitos, o que se reflete na saúde do ambiente de trabalho.

Índice de Absenteísmo (Doença): O Tribunal atingiu a marca de 2,2%, resultado positivo que se mantém abaixo do limite estabelecido de 2,5%, indicando um ambiente de trabalho com indicadores de saúde controlados.

Nota: A administração reforçou a mudança de tom na comunicação interna, priorizando o bem-estar e o autocuidado dos magistrados e servidores como valores institucionais centrais, em detrimento da ênfase em metas, visando aumentar a adesão voluntária aos programas de saúde. Os presentes manifestaram concordância com as medidas propostas.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Estratégia

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)

Comitê de Governança e Estratégia

● **Iniciativas estratégicas**

O chefe do Escritório de Planejamento e Projetos (EPP), Igor Daniel Costa Jones, detalha a situação atual do portfólio (em andamento sem entraves: 30%; em andamento com entraves pontuais: 7,5%; e encerradas-concluídas: 62,5%), e apresentou as iniciativas recém aprovadas:

- Ação “Padronização e Modernização do Fluxo de Reconhecimento de Dívida”

Gerente: Luciana Lopes Gontijo de Amorim

Objetivo: Padronizar e modernizar os procedimentos de Despesas de Exercícios Anteriores e de reconhecimento de dívida sem cobertura contratual, assegurando segurança jurídica, conformidade contábil-orçamentária e mitigação de riscos de responsabilização perante os órgãos de controle.

- Projeto “Gestão Inteligente das Contratações”

Gerente: Virgínia Martins Alzamora

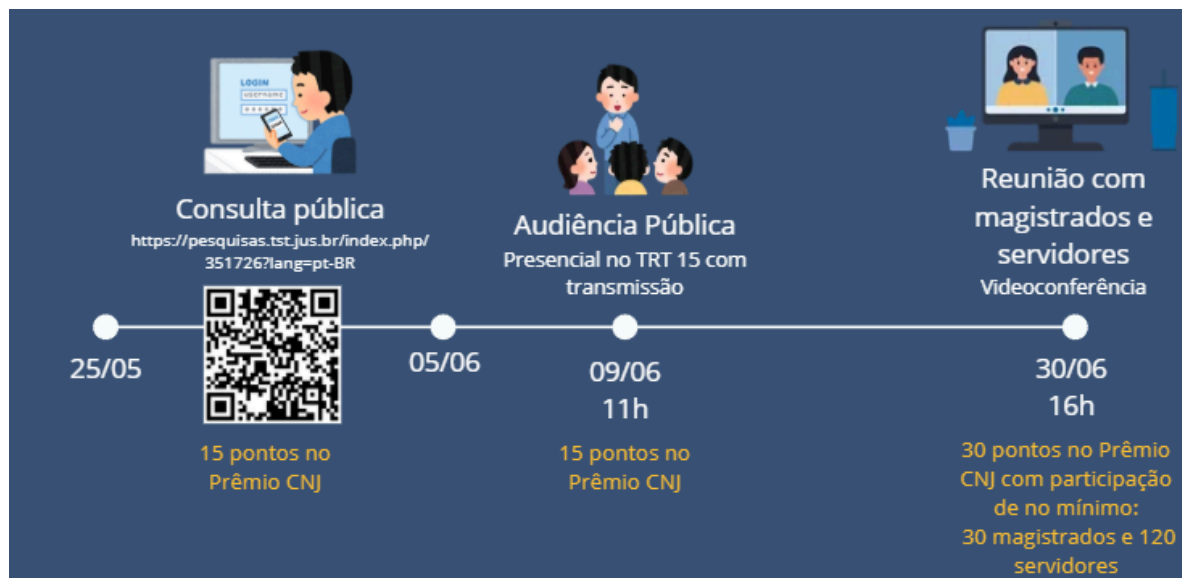
Objetivo: Aprimorar a governança, a eficiência e a padronização das contratações por meio da consolidação de informações, modelos e orientações técnicas em ambiente institucional único, facilitando o acesso ao conhecimento e fortalecendo a conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

- Projeto “Contrata+”

Gerente: Sheyla de Campos Mendes

Objetivo: Aprimorar a governança e a eficiência das contratações no Tribunal por meio da padronização de processos, do uso de indicadores, da capacitação dos agentes envolvidos e da automatização de etapas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e os normativos dos Conselhos Superiores.

● **Proposta Inicial de Metas Estratégicas para 2027**



Foi detalhado o cronograma de ações fundamentais para a pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade:

Consulta Pública: etapa em andamento (já com 160 respostas).

Audiência Pública (09/06): participação dos magistrados Renato Amado e Antônio Gomes, de forma remota/telepresencial.

Reunião com Magistrados e Servidores (30/06): o desafio principal da administração é atingir a meta de participação de 30 magistrados e 120 servidores. A administração enfatizou a mobilização



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Estratégia

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)

Comitê de Governança e Estratégia

do corpo funcional para garantir o êxito desta etapa, que possui alto peso na pontuação total (30 pontos).

- **Análise estatística – resultados da estratégia**

A análise estatística dos dados de litigiosidade foi apresentada pela assessora da Divisão de Estatística e Análise de Dados (DIESTAD), Juliana Aparecida Ribeiro, utilizando um painel de *Power BI*, tendo como fonte de dados o Sistema e-Gestão, sendo os quantitativos sujeitos a alterações devido ao envio de novas remessas de dados ao TST).

As estatísticas apresentadas fazem referência ao **período de maio de 2025 a abril de 2026, em comparação com o período de maio de 2024 a abril de 2025.**

1º grau - conhecimento: distribuídos x solucionados - houve crescimento de processos distribuídos de 7,96% e de processos solucionados de 4,17%. A proporção de solucionados por distribuídos foi de 97,08% e mostra decréscimo em relação ao período anterior, que foi de 100,61%. Abaixo de 100% mostra um acúmulo de acervo.

1º grau - conhecimento: solucionados x conciliados - houve crescimento de processos solucionados de 4,17% e de processos conciliados de 1,19%. A proporção de conciliados por solucionados foi de 34,66% e mostra decréscimo em relação ao período anterior, que foi de 35,68%.

1º grau - conhecimento: saldo de processos pendentes de solução até 30/04/2026 (processos que estão aguardando o primeiro julgamento ou o julgamento único) - foi mostrado o acervo por ano, considerando o ano de entrada. Houve crescimento de saldo de pendentes de solução em 2026, quando comparado com 2025, de 12,3%.

1º grau - conhecimento: prazo médio (em dias corridos) no período de mai/2025 a abr/2026, do ajuizamento à prolação da sentença - quando comparado com o período anterior, houve uma diminuição de 9,38% (melhora), sendo o prazo médio do ano igual a 129,71 dias corridos;

1º grau – execução: iniciadas x baixadas - houve acréscimo de execuções iniciadas de 4,02% e de execuções baixadas de 2,88%. A proporção de baixados por iniciados foi de 100,41% e mostra estabilidade em relação ao período anterior, que foi de 101,52%.

1º grau – execução: pendentes de baixa por ano do processo - foi mostrado o acervo por ano, considerando o ano de entrada. Houve decréscimo de saldo em 2026, quando comparado com o mesmo período de 2025, de 0,46%, o que representa uma melhora.

2º grau - distribuídos x solucionados – houve aumento de processos distribuídos de 7,91% e de processos solucionados de 7,58%. A proporção de solucionados por distribuídos foi de 95,22%, taxa um pouco reduzida em relação ao período anterior, que foi de 95,51%, o que mostra pouco impacto negativo em relação ao ano anterior;

2º grau - saldo de processos pendentes de solução por ano do processo até 02/06/2026 - foi mostrado o acervo por ano, considerando o ano de entrada. Houve aumento de saldo de pendentes de solução em 2026, quando comparado com 2025, de 13,27%, predominando um acervo mais recente;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Estratégia

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)

Comitê de Governança e Estratégia

2º grau - prazo médio (em dias corridos) no período de mai/2025 a abr/2026, da distribuição até o julgamento - quando comparado com o período anterior, houve uma diminuição de 0,52% (ligeira melhora), sendo o prazo médio de 52,68 dias corridos.

A Dra. Maristela ponderou sobre o eventual impacto da equalização nos resultados da estratégia.

● **Deliberações Finais:**

- Submeter ao CSJT a proposta de adequação de indicadores estratégicos considerados inexequíveis ou de difícil mensuração (notadamente o IAPEX e o IDTD), visando torná-los mais realistas ao longo do processo de construção do novo plano estratégico da JT.
- A Escola Judicial destinará um turno específico durante a "Semana Formativa da EJUD", em outubro de 2026, para ações de capacitação voltadas ao cumprimento das metas do IDTD.
- A Corregedoria e as unidades competentes realizarão o monitoramento contínuo dos processos críticos identificados como impeditivos para o alcance da Meta 2, priorizando estratégias de auxílio, cooperação e, se necessário, intermediação para conciliação.
- A Corregedoria poderá agendar reunião com o desembargador José Marlon para definir estratégias de ampliação da conciliação nas Varas do Trabalho, caso seja necessário, após a análise do relatório dos resultados da Semana da Conciliação pelo próprio Dr. Marlon.
- A Presidência expedirá comunicado enfático aos magistrados e servidores sobre a importância dos exames periódicos, ressaltando o caráter preventivo e de cuidado com a saúde. Realização de exames periódicos durante a "Semana Formativa da EJUD", e disponibilização, via intranet, do acesso às guias de exames.

Considerações finais

O Des. Sebastião Geraldo de Oliveira encerrou a reunião, agradecendo a todos pela participação e pelo trabalho, destacando a importância da participação ativa dos gestores e a utilidade do acompanhamento estatístico parcial para intervenções corretivas tempestivas.

O material apresentado será disponibilizado no [Portal da Governança e Estratégia](#).

MEMBROS DO COMITÊ DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA (CGE)

1	Des. Sebastião Geraldo de Oliveira	Presidente	Presente
2	Des. José Marlon de Freitas	1º Vice-Presidente	Presente
3	Des. Maria Cecília Alves Pinto	2ª Vice-Presidente	Presente
4	Des. Maristela Iris da Silva Malheiros	Corregedora	Presente
5	Des. Antônio Gomes de Vasconcelos	Vice-Corregedor	Presente
6	Des. Maria Cristina Diniz Caixeta	Ouidora	Ausente
7	Des. Vicente de Paula Maciel Júnior	Vice-ouvidor	Ausente
8	Des. Marcus Moura Ferreira	Des. Decano	Ausente
10	Des. Jaqueline Monteiro de Lima	Des. indicada pelo Presidente	Ausente
11	Des. Antônio Gomes de Vasconcelos	Des. supervisor Núcleo de Coop. Jud.	Presente
12	Des. Maria Stela Álvares da Silva Campos	Coord. do Subcomitê Orçam. 2º Grau	Ausente
13	Juiz Alexandre Wagner de Moraes Albuquerque	Coord. do Subcomitê Orçam. 1º Grau	Presente
14	Juiz Bruno Alves Rodrigues	Coord. do SINGESPA	Presente
15	Patrícia Helena dos Reis	Diretora Geral	Presente
16	Telma Lúcia Bretz Pereira	Diretora Judiciária	Presente



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Estratégia

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE)
Comitê de Governança e Estratégia

17	Antônio Costa da Silva	Secretário Geral da Presidência	Presente
18	Thais da Costa Cruz	Secretária de Governança e Estratégia	Ausente
19	Luiz Felipe Campos Fernandes	Chefe da Div. Segurança Informação	Presente

SUPLENTES

Ludmila Azalim Rodrigues da Costa

OUTROS PARTICIPANTES

Antônio Cláudio dos Santos Rosa - Secretaria de Auditoria – SEAUD

Christiane Dominique Kunzi - Secretaria de Governança e Estratégia – Secretária em exercício SEGE

Clara Angélica Vieira Passos Rocha - Secretaria de Governança e Estratégia - DIPGOV

Dilma Cristina de Assis Parreiras - Núcleo de Apoio a Projetos Institucionais

Elson Dias de Oliveira - Secretaria da Ouvidoria

Fábio Avelar Peixoto - Secretaria de Governança e Estratégia - SAGOV

Hudson Oliveira Freitas - Secretaria de Governança e Estratégia - coLABore

Igor Daniel Costa Jones - Secretaria de Governança e Estratégia - EPP

Juliana Aparecida Ribeiro - Secretaria de Governança e Estratégia - DIESTAD

Keila Andrade Alves Rubiano - Corregedoria

Lucas Vinícius Bibiano Thomé - Secretaria de Governança e Estratégia - DIESTAD

Marília Souza Diniz Alves - DOF

Patrícia Vercoza Moretzsohn - Gabinete da Vice-Corregedoria

Paulo Henrique Ferreira - Secretaria de Governança e Estratégia - SAGOV

Paulo Sergio Lage Riggio - Secretaria de Governança e Estratégia - EPT

Renato de Paula Amado – Juiz Auxiliar da Presidência

Samuel Ferreira de Almeida - Secretaria de Governança e Estratégia - coLABore

Victor Aubin Verzani Souza - Secretaria de Governança e Estratégia - DIESTAD

SEBASTIÃO GERALDO DE OLIVEIRA

Desembargador Presidente

Coordenador do Comitê

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região